



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Excelentíssimo Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, Relator da Ação Cível Originária nº 1.460/SC

A UNIÃO, representada por seu Advogado-Geral (art. 4º, inciso III, da Lei Complementar nº 73/93), nos autos da presente ação cível originária movida pela COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, vem à presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho de fl. 421, informar que não há provas a produzir, considerando que a matéria discutida nos autos é eminentemente de direito.

Por conseguinte, requer a União o prosseguimento do feito e que, ao final, sejam julgados improcedentes os pedidos deduzidos na exordial.

São os termos em que pede e espera deferimento.

Brasília, de março de 2014.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS
Advogado-Geral da União

GRACE MARIA FERNANDÉS MENDONÇA
Secretária-Geral de Contencioso¹

ALISSON DA CUNHA ALMEIDA
Advogado da União

¹ Conforme Portaria de delegação nº 476/AGU, publicada no DOU nº 170, de 17/07/2013.

gustavo Henrique Catissani Dr.
Advogado da União
Mat. SIAPE nº 1507320